

DE PASSEATA A AGRESSÃO: O PERCURSO DISCURSIVO DE UMA NOTÍCIA

CRISTINA TEIXEIRA, ISALTINA MELLO GOMES
E WILMA MORAIS

Abstract

Our objective in this paper is to examine the partiality of the television news and how it occurs. From a *corpus* consisting of a series of three TV news programs – presented by Rede Globo Nordeste, in July 1997 – about an incident which occurred during a demonstration of the Landless Movement (MST), we identify linguistic aspects that disclosed the partiality of the TV news. The analysis of the *corpus* allowed us to show that the different forms to nominate the referents operate significant discursive changes, much more than simple lexical or stylistic variation.

Key words

Discourse analysis; journalistic impartiality.

Introdução

O objetivo do presente estudo é verificar como se dá a parcialidade no texto jornalístico de televisão. Partimos, então, do pressuposto que não há imparcialidade no jornalismo, embora boa parte dos jornalistas, professores e manuais de jornalismo insista em apregoar a neutralidade da imprensa “[...] como se repórteres e editores estivessem imunes à sua própria subjetividade e como se a empresa (jornalística) não tivesse interesses (do financeiro e político ao poder de influenciar)” (Seixas, 1996: 1). É a “doutrina da imparcialidade jornalística”.

O que chamamos de “doutrina da imparcialidade jornalística” foi adotada pelos americanos, no início do século XX, para reagir à invasão do sensacionalismo na imprensa e se tornou norma em diversos manuais de redação e estilo não apenas nos Estados Unidos da América, mas também

no Brasil. Depois de instalada, essa doutrina transformou-se em mito e vem permitindo aos veículos de comunicação camuflar a tendenciosidade das notícias veiculadas.

A aparente neutralidade das informações proporciona uma imagem de imparcialidade e, em consequência, conquista a credibilidade da opinião pública. Neste estudo, procuramos exatamente identificar marcas lingüísticas que desmitifiquem essa neutralidade aparente. Decidimos analisar o texto jornalístico televisivo porque, atualmente, os telejornais atingem um público bastante amplo, que inclui desde indivíduos não alfabetizados e estudantes a pessoas que pertencem a uma elite intelectual.

Como universo de nosso estudo, delimitamos matérias factuais veiculadas nos telejornais da Rede Globo Nordeste, em julho de 1997. A escolha da Rede Globo se justifica pelo fato de ser a emissora com o maior número de telejornais diários interligados por rede nacional e, também, por registrar os maiores índices de audiência no Grande Recife.

O *corpus* deste estudo é constituído por uma série de três matérias sobre um incidente ocorrido no centro do Recife, no dia 8 de julho de 1997, durante passeata do Movimento dos Sem-Terra (MST). Dois fatores foram decisivos para a seleção desse material. Em primeiro lugar, levamos em conta a repercussão nacional do fato, veiculado tanto em noticiários locais da Rede Globo Nordeste (Bom Dia PE, NETV-1 e NETV-2), como nos de rede (Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Globo e também no Fantástico). O outro fator foi a diversidade de repórteres envolvidos na difusão de um único fato e seu desdobramento. Ou seja, cada uma das matérias analisadas foi relatada por um(a) repórter diferente, o que nos daria condições de perceber se a parcialidade era característica de apenas um dos profissionais, ou era comum às três reportagens analisadas.

Também nos chamou a atenção a natureza do fato noticiado. De acordo com Seixas (1996: 26), “com relação ao acompanhamento dado pela imprensa à questão agrária, as invasões de terra ou mesmo de prédios oficiais pelos trabalhadores sem-terra; a violência física e a impunidade aos crimes cometidos no campo e a reforma agrária parecem ser os assuntos mais abordados”, mas importa notar que, apesar de o fato que foi objeto das matérias do nosso *corpus* estar contido no espectro violência física, os

sem-terra são também agressores e não apenas vítimas, como geralmente ocorre. Ou seja, no caso em questão, o atropelamento foi consequência da violência de integrantes do MST contra um motorista que tentou passar com seu veículo no meio da passeata.

Entendemos que esse é um diferencial bastante significativo, principalmente porque enfoca um fato não esperado. Explicamos: segundo Seixas (1996: 27), pesquisa realizada no Rio Grande do Sul constatou que os sem-terra planejam suas ações levando em conta o período de fechamento dos jornais, i.e., tudo é pensado de forma a dar tempo de ser veiculado pela mídia. Inferimos, portanto, que não foi acaso a presença da equipe de reportagem da Rede Globo no local do incidente. Mas a passeata de protesto, que provavelmente seria o gancho da matéria, tornou-se pano de fundo na notícia em que a agressão e o atropelamento dos manifestantes se revelam como o fato novo e mais importante.

Durante a análise das três matérias, duas veiculadas no dia 9 de julho e uma no dia 10 do mesmo mês, observamos, inicialmente, como foram nomeados os referentes (o fato e as personagens). Em seguida, passamos a verificar como eram relatadas as ações das personagens, incluindo o léxico usado para descrevê-las, os tempos e modos verbais utilizados, o emprego de operadores argumentativos e a construção estilística das orações. Dessa forma, conseguimos não apenas identificar as marcas linguísticas que revelam a parcialidade das matérias, como também as mudanças discursivas da notícia.

Alguns pressupostos teóricos

No cotidiano dos meios de comunicação, os fatos têm suas medidas avaliadas pelo eixo espaço-temporal em que ocorrem e, conseqüentemente, são divulgados. Contrapondo os conceitos de história e discurso, podemos construir nosso ponto de partida na idéia de que: se a história é a sucessão de acontecimentos, personagens e cenários evocados pelo texto narrativo, que tem como medida de duração o tempo, podemos dizer que, no caso específico do objeto que tratamos, a história seria, no eixo temporal, o próprio conteúdo da narrativa proposta. Já no eixo espacial, o discurso

estaria representado pelo texto jornalístico ou o modo como o(a) narrador(a) (repórter) dá a conhecer a história a seu público-alvo.

No entanto, no discurso da comunicação de massa, o processo de criação de informação está relacionado com o QUE acontece e com a FORMA de contá-lo. Na perspectiva de identificar as marcas linguísticas que revelem a parcialidade desse discurso, consideramos necessário observar como se constrói o presente jornalístico revelador do fato e, a partir daí, perceber também como se dá esse discurso desde a sua construção até suas mudanças ao longo do eixo espaço-temporal em que opera.

De acordo com Gomis (1991), é função dos meios oferecer um presente social contínuo, bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo, que é uma maneira de assimilá-lo e dominá-lo. A partir dessa perspectiva, podemos pensar que a construção de uma notícia e sua interpretação na sociedade é condição essencial para que essa sociedade sobreviva e tenha o “presente” como referência de mundo, de atualidade. Um dos pressupostos tomados por Gomis para afirmar a necessidade de a sociedade sempre referenciar um presente baseia-se em que o jornalismo, como método de interpretação sucessiva da realidade, opera como unificador de um período e, com isto, define um presente social. Esta unidade completa e independente – o fato – é capaz de ser interpretada em forma de textos breves e autônomos – as notícias.

Duas condições são necessárias para que se processe e se interprete o fato: uma, que a realidade interpretada, ou mediatizada, deve poder ser assimilada em tempos variáveis por um público heterogêneo; e a outra, que a realidade interpretada deve se encaixar em um determinado espaço ou tempo dados (no caso, a programação jornalística de televisão). A primeira condição favorece a objetividade do texto jornalístico, ou seja, ao preservar as características mínimas referentes ao fato, atende-se a necessidade do seu entendimento comum por um público heterogêneo e massivo. A segunda, no entanto, implica que à medida em que o fato é encaixado em horários e gêneros jornalísticos distintos, estabelecem-se novas realidades ou, no mínimo, novos “presentes jornalísticos”. Deve-se considerar, também, que, ao captar essa realidade mediatizada, o

público estará recebendo uma informação que já passou por uma gama de filtros – dos lingüísticos aos filtros dos próprios gêneros jornalísticos que tratam a informação desde sua forma primária e convencional, a notícia, até um gênero mais polêmico, como o editorial.

O momento essencial da interpretação jornalística é aquele em que se isola lingüisticamente da realidade algo visto como um fato, reduzindo-o (ou redigindo-o) como notícia. Esse isolamento, não apenas lingüístico, se caracteriza pela necessidade de transportar o fato de seu ambiente (a realidade imediata) para outro completamente novo (a realidade mediatizada), fazendo com que o público tome conhecimento e deseje saber, ainda mais, sobre uma realidade que, não necessariamente, é a sua. É precisamente nesse momento que o discurso sofre as mediações técnicas e/ou humanas, perdendo a imparcialidade desejada e dando margem a uma parcialidade contida no próprio texto jornalístico.

O fato de estarmos analisando uma notícia factual traz à tona a questão do imediatismo da informação, característica essencial do “presente” que se divulga. O que queremos realçar é que a criação desse presente jornalístico está montada em um passado recente e aponta para um futuro de expectativas, a partir do desdobramento dessa mesma notícia em várias outras ao longo do noticiário televisivo do dia ou da semana, como é o caso.

Dessa forma, os meios apresentam como ações não terminadas, em tempo presente, o que ocorreu antes, formando sincronicamente um período com fatos passados, outros que podem estar sucedendo no momento e outros ainda que se espera que ocorram em um futuro próximo. Esse período funciona como um presente difuso e favorece a diversificação na forma de nomear os referentes (o fato e as personagens). Isto se dá porque a interferência das personagens no decorrer da ação provoca significativas alterações no fato já ocorrido e, obviamente, reflete no discurso que se (re)constrói a cada novo presente da informação.

Na reconstrução do fato, as variáveis de TEMPO e ESPAÇO são as regentes do discurso do(a) repórter. Vivendo em uma mesma circunstância de tempo e espaço com o(a) telespectador(a), o(a) repórter é a pessoa capaz de realizar operações lingüísticas que resultam na conversão de

um determinado fato em notícia mediante a percepção interpretativa do contínuo temporal.

Tomamos como constituintes da sintaxe do discurso jornalístico as categorias superestruturais da notícia (Van Dijk, 1985, 1989, 1990). Numa releitura dos estudos do autor, apontamos para o fato de que as categorias da notícia podem ser assim pensadas: 1) a mais geral das categorias constitui o fato mais importante – o gancho da notícia; 2) as categorias se constituem do relato e de seus antecedentes; 3) elas incorporam o contexto (informação geral + informações específicas); 4) as categorias criam expectativas ou previsões; e 5) admitem a interpretação ou valoração do acontecimento.

Nesse sentido, a construção da notícia específica que tratamos de observar corresponderia a um primeiro grau de interpretação da realidade que se traduz na composição de um presente social a partir de um mosaico de acontecimentos sucessivos. Porém, a notícia observada vai além desse primeiro grau de interpretação quando apresenta personagens e situações em um determinado espaço ou em um ambiente temático. E mais, vai além do próprio fato (e da simples variação lexical ou estilística) ao nomear, de diferentes formas, um mesmo referente, operando assim significativas mudanças discursivas. Essa situação-limite é, na maioria das vezes, reveladora da tendenciosidade da notícia divulgada, muito embora os veículos a neguem ou sequer a reconheçam.

A notícia e sua análise

Os analistas de discurso se preocupam em estudar o funcionamento discursivo da linguagem, e esse funcionamento não é exclusivamente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção e interpretação.

As condições do discurso jornalístico determinam a maneira como o(a) repórter vai situar os protagonistas e o objeto do discurso. Nilson Lage (1985) propõe três fases no processo de produção de uma notícia: a seleção dos eventos; sua ordenação; e sua nomeação, ou a forma como esses eventos são traduzidos para o(a) leitor(a). Esses elementos vão se interligar no texto através de relações lógicas e de redundância. As primeiras permitem a

expansão do tema, ou que o texto jornalístico responda às clássicas questões: *que, quem, quando, como, onde e por que*. Já as relações de redundância delimitam o tema à medida que a informação fundamental pode ser repetida ao longo de uma mesma notícia ou retomada em outros textos.

Maingueneau (1983) afirma que enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui Outro discurso, ou seja, que não existe discurso auto-fundado, de origem absoluta. Cronologicamente, um discurso segundo se constitui de um primeiro. Ao recolocar os elementos lingüísticos numa nova situação enunciativa, opera-se uma mudança de sentido. Pois, na medida que retiramos de um discurso fragmentos que inserimos em um outro discurso, mudamos, com essa transposição, suas condições de produção. Mudadas as condições de produção, a significação desses fragmentos ganha nova configuração semântica.

A análise que segue revela, no conjunto de três matérias veiculadas pela Rede Globo, como se dá o processo de ressemantização discursiva de um fato jornalístico, no caso, a passeata de protesto dos sem-terra, ocorrida no centro do Recife, em 8 de julho de 1997. Esse processo se dá ao longo de três momentos distintos. No primeiro, há uma certa indefinição quanto ao tratamento das personagens centrais (sem-terra e motorista). O segundo é um momento de passagem, de tomada de posição, enquanto que, no terceiro, a posição argumentativa passa a ficar bem definida. É o que mostramos a seguir.

A primeira matéria analisada provavelmente teria como gancho a própria passeata, mas dois fatos novos ocasionaram mudanças no enfoque da notícia: 1) a agressão dos sem-terra a um motorista que tentava passar com seu veículo pela manifestação; e 2) o atropelamento de alguns sem-terra por este motorista. Tais fatos abriram duas perspectivas de abordagem da notícia, uma delas condenando a atitude dos sem-terra pela agressão ao motorista e, uma outra, colocando-os como vítimas do atropelamento. Nas matérias analisadas, os sem-terra passaram da posição de vítimas para a de agressores. No entanto, essa mudança discursiva não se deu de imediato no relato jornalístico, mas ao longo da série de reportagens.

O objetivo de uma análise discursiva é, justamente, procurar a diferença de sentido que se instaura num determinado enunciado em

comparação com outro. Ou, como diz Orlandi (1987), a diferença de construções tem sempre uma razão que não é a simples diferença de informação mas sim, de efeitos de sentidos. Ao se estudar a construção do texto jornalístico, o primeiro nível é observar suas especificidades morfológica, sintática e lexical, identificando quais os operadores do texto (advérbios, conjunções), quais os modos e tempos verbais utilizados.

Na primeira matéria, o repórter, ao mesmo tempo em que relata a agressão dos sem-terra, os coloca na posição de vítimas. Ele abre a reportagem dizendo: “Na passeata, os sem-terra *pediam* agilidade na apuração das mortes de dois trabalhadores [...]”. Ao usar o verbo “pedir”, o jornalista coloca os manifestantes numa posição inferior, desfavorável; o poder dos sem-terra para negociação é nenhum. Caso tivesse dito que *os sem-terra exigiam agilidade*, o efeito de sentido seria outro, pois estaria delegando aos sem-terra um pequeno poder. Ou seja, entre “pedir” e “exigir” há uma diferença semântica significativa. Um pouco mais adiante, é dito que “o motorista deu marcha a ré. Depois ele acelerou, derrubando vários *trabalhadores*”. O repórter poderia ter usado “manifestantes” no lugar de “trabalhadores”, como fez em outros momentos da matéria, mas derrubar manifestantes pode não ser tão grave quanto derrubar trabalhadores.

Quando fala do momento da agressão ao motorista, o repórter diz: “[...] com facões, foices e pedaços de madeira, os sem-terra *danificaram* o carro”. É certo que este enunciado é desfavorável aos sem-terra, mas as imagens mostram que, mais do que danificar o carro, os manifestantes ameaçaram o motorista. No discurso televisivo, deveria haver harmonia entre texto e imagem. No caso analisado, entretanto, enquanto a imagem realça a posição de agressor, o verbal a ameniza, referendando a indefinição que já observamos.

Ainda na primeira matéria, o repórter responsabiliza a polícia pelo ocorrido, quando diz: “O que chama a atenção é que tudo aconteceu *bem em frente* ao prédio da Secretaria de Segurança Pública, *mesmo assim, nenhum agente da polícia nem os PMs tentaram evitar o confronto*”; “Os policiais *se limitaram a olhar* o que aconteceu”; “A Polícia Militar *explicou* hoje *porque não agiu*”. Percebe-se muito claramente que o juízo de valor introduzido nesses comentários é o que Van Dijk (1989, 1990) classifica, na narrativa jornalística, como o momento de avaliação. Ao introduzir uma nova

personagem (a polícia) na narrativa, o repórter, mais uma vez, ameniza a responsabilidade dos sem-terra, diluindo a culpa sugerida.

A segunda matéria analisada também acusa os policiais de omissão. No entanto, essa acusação não aparece de maneira explícita na boca do repórter. Dessa vez, o jornalista se limita a afirmar: “*o motorista diz* que não provocou os manifestantes e *acusa os policiais*, que acompanharam tudo, *de omissão*”. Ao usar o discurso relatado, o jornalista não se responsabiliza pelo que é dito, mas de uma forma ou de outra não deixa de dizê-lo. Em outras palavras, a polícia continua sendo responsabilizada pelo ocorrido; no entanto, o repórter não assume essa acusação explicitamente, recorrendo à estratégia do discurso relatado como forma de distanciamento. Em contrapartida, começam-se a definir os papéis de agressor – os sem-terra – e de vítima – o motorista – (“O motorista tenta passar pela manifestação dos sem-terra”; “Com facões, foices e pedaços de madeira, os manifestantes danificam o carro”; “O motorista pede desculpas”; “Ricardo Couto Azevedo, comerciante, mostra o prejuízo”; “Ele prestou queixa por danos materiais”).

Na terceira matéria, a posição argumentativa, condenando os sem-terra adquire força: o discurso torna-se adjetivado, emocional. Os sem-terra passam a ser referidos como uma “multidão furiosa e descontrolada”. Diferentemente da primeira e da segunda matérias, quando foi dito que “manifestantes danificaram o carro”, agora se diz “[...]o gol *atacado* pelos sem-terra” e “Um facão *ameaçava a vida* de Ricardo”. Neste momento, desaparece a ambigüidade discursiva, remetendo aos sem-terra a culpa do ocorrido. Aqui também ganham voz os outros passageiros do automóvel, cujos depoimentos passam a ser o dado novo (“As irmãs Maria de Fátima e Isabel Cristina Barros dizem que viveram momentos de desespero”; “As duas irmãs confirmaram que em nenhum momento os sem-terra foram provocados”). O testemunho das duas é uma estratégia argumentativa válida para condenar os sem-terra.

É curioso notar que o conjunto de palavras utilizadas para nomear o fato e as personagens vai se restringindo à medida em que a ambigüidade discursiva dá lugar à definição. Como mostra o quadro a seguir, na primeira matéria, por exemplo, foram utilizadas cinco maneiras distintas para nomear o fato, enquanto que, na última, apenas duas.

Primeira Matéria (9/7/97)	Segunda Matéria (9/7/97)	Terceira Matéria (10/7/97)
O FATO Passeata Manifestação Discussão Confusão Tumulto Confronto	O FATO Discussão Manifestação Confusão	O FATO Confusão Agressão
PERSONAGENS I os sem-terra os manifestantes os trabalhadores II o motorista Ricardo Couto III este carro IV um facão V os policiais a Polícia Militar	PERSONAGENS I manifestantes sem-terra motorista II Ricardo Couto o comerciante	PERSONAGENS I sem-terra multidão (furiosa e descontrolada) II o comerciante Ricardo Couto III o Gol IV um facão V as amigas de Ricardo as duas irmãs VI delegado VII promotor

Destacamos também que, nas matérias analisadas, surge uma sinonímia que, em condições normais, não existiria. Determinadas expressões, que, no dia-a-dia, não são usadas como equivalentes, são empregadas como sinônimas dentro de determinadas condições de produção. Não é em qualquer discurso, por exemplo, que “discussão” significa “tumulto” ou “agressão”; no entanto, essas transformações tornam-se verdadeiras em se tratando de um discurso determinado.

Conclusão

Ao analisarmos essa série de três matérias televisivas sobre um incidente ocorrido, em julho de 1997, durante passeata do MST, no centro do Recife, nosso objetivo foi verificar como se dá a parcialidade no texto jornalístico de televisão. O exame do *corpus* nos leva a reiterar que não há neutralidade na imprensa e a afirmar que a imparcialidade jornalística é materializada, principalmente, na seleção verbal e na seleção lexical utilizada para nomear o fato e as personagens. A nosso ver, as

diferentes formas de nomear referentes operam significativas mudanças discursivas, que vão muito além da simples variação lexical ou estilística.

Consideramos pertinente deixar claro que todas as observações feitas neste estudo levam em conta que a ressemantização discursiva ocorre não porque as matérias tenham sido produzidas por diferentes repórteres, ou seja, não é a diferença de autoria que vai determinar uma posição argumentativa maior ou menor no texto, mas o desenrolar do próprio fato. A análise feita aqui mostra que os sentidos, longe de estarem cristalizados, acompanham o momento histórico e que cada grupo os produz e os interpreta dentro dessas condições histórico-sociais. Enfim, há sempre uma possibilidade de movimento, de transformação.

Referências bibliográficas

- Gomis, L. *Teoría del periodismo. Cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1991.
- Lage, N. *Linguagem jornalística*. São Paulo: Ática, 1985.
- Maingueneau, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes, 1993.
- Orlandi, E. *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- Seixas, N. A. A representação discursiva da questão agrária na grande imprensa. Dissertação de Mestrado, UFPE (mimeo), 1996.
- Van Dijk, T. A. Structures of news in press. In: T. A. van Dijk (ed.) *Discourse and communication: new approaches to the analysis of mass media discourse and communication*. Berlin: De Gruyter, 1985, pp. 69-93.
- Van Dijk, T. A. *La ciencia del texto*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1989.
- Van Dijk, T. A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.
- Van Dijk, T. A. *Discourse and cognition in society*. 1992, (mimeo).
- Van Dijk, T. A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1997.